

00001



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

CONTRATO Nº 015/2017

CONTRATO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSMISSÃO WEB/ON LINE DE AUDIO/VIDEO, QUE ENTRE SI CELEBRAM DE UM LADO A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO/SE, DO OUTRO A EMPRESA STUDIO DIEGO MELO – ME, NOS TERMOS ADIANTE DELINEADOS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO, localizada na Praça Nossa Senhora da Piedade, 97, nesta cidade de Lagarto/se, inscrita no CNPJ nº 16.212.094/0001-00, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada por sua Presidente, a Senhor IBRAIN SILVA MONTEIRO, e do outro lado a Empresa DIEGO DE MORAIS MELO SANTOS 03667037570, localizada na Avenida São João Texeira, 523 Itabaiana/SE, inscrita no CNPJ nº 23.747601/0001-68, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo sócio proprietário o senhor DIEGO DE MORAES MELO SANTOS, tem justo acordo firmar o Contrato de Prestação de Serviços, que se regerá pelas Cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO (art. 55, inciso I da Lei 8.666/93).

O Presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de transmissão web/on-line de áudio/vídeo das sessões e transmissão interna via monitor de TV localizada no térreo desta câmara municipal de Lagarto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 55, inciso III da Lei 8.666/93).

O pagamento será efetuado mensalmente mediante apresentação das notas fiscais juntamente com as certidões negativas e de regularidade da empresa, perfazendo o presente contrato o valor estimado de R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais), ficando um valor mensal de R\$ 1.140,00 (Hum mil cento e quarenta reais).

§1º - O pagamento será efetuado por meio de transferência em conta bancária em favor do contratado.

§2º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§3º - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o índice nacional de preços ao consumidor – INPC/IBGE.

§4º - Para fins de execução contratual, os preços unitários fixados no orçamento, sofrerão variação, conforme preços médios mensais dos serviços, objeto deste contrato. O contratado deverá apresentar Notas Fiscais e/ou documentos que comprovem o aumento dos preços de tais serviços. A administração reconhecendo o desequilíbrio econômico-financeiro procederá a revisão do Contrato, mediante apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA (art. 55, inciso IV da Lei 8.666/93)

O presente contrato terá o prazo de vigência de 07 (sete) meses a partir da data de assinatura do contrato.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

CLÁUSULA QUARTA – DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 55, inciso V da Lei 8.666/93).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento da Câmara Municipal, conforme classificação orçamentária detalhada abaixo:

- Código da Unid. Orçamentária: 01.01
- Função/Sub. F. Programa: 01.031.0008
- Projeto/Atividade: 2001
- Natureza da Despesa: 33.90.39.00
- Fonte de Recursos: Recursos Próprios

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO (art. 55, inciso VIII, da Lei nº 8666/93).

§1º - o presente contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal rescisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta dias) de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta rescisão, ressalvado o disposto no §2º do artigo 79 da Lei 8666/93 e alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (art. 55, inciso IX da Lei 8666/93).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 80 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 55, inciso XII da Lei 8666/93).

O presente contrato fundamenta-se:

- I. Nos termos da Dispensa que, simultaneamente:
 - Constam do Processo Administrativo que o originou;
 - Não contrariem o interesse público;
- II. Nas demais determinações da Lei 8666/93;
- III. Nos preceitos do direito público;
- IV. Supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do direito privado.

Parágrafo Único – Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo e/ou Apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES (art. 65, Lei 8666/93).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 65 da Lei nº 8666/93, desde que devidamente comprovados.

§1º - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 65, §1º da Lei 8666/93, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 65, §2º, II da Lei 8666/93.



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO

220003

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO (Art. 67, Lei nº 8.666/93).

Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93 ficará designado servidor nomeado em portaria específica, apensa a este instrumento contratual, para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, em atendimento a Resolução nº 296 de 11 de agosto de 2016, do Tribunal de contas do Estado de Sergipe – TCE/SE.

§1º - À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.

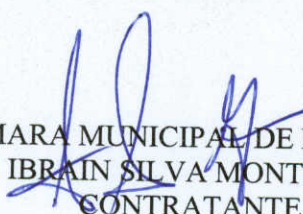
§2º - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais.

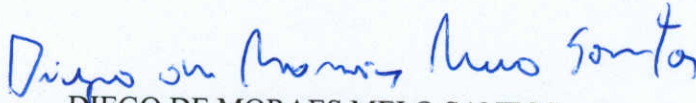
CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Lagarto/SE, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

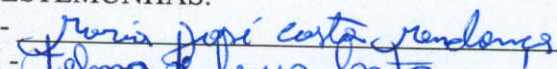
E, por estarem, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, na presença de 02 (dois) testemunhas, a fim de que produza seus efeitos legais.

Lagarto/SE, 08 de Maio de 2017.


CÂMARA MUNICIPAL DE LAGARTO
IBRAIN SILVA MONTEIRO
CONTRATANTE


DIEGO DE MORAES MELO SANTOS
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

I - 
II - 